

Estudo Técnico Preliminar 40/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08455.023060/2023-69

2. Introdução

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas.

Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos (SEGES/MPOG, 2017).

Com o advento da Instrução Normativa 05, de 26 de maio de 2017, a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, definiu regras na instrução processual para contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta por órgãos da Administração Pública, onde a Polícia Federal encontra-se incluída.

Neste contexto, o presente documento apresenta não apenas os estudos preliminares realizados pela equipe de Planejamento da Contratação que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, com todas as etapas previstas no art. 24, § 1º da IN 05/2017, mas também traz o estudo de gerenciamento de riscos, materializado no mapa de riscos, conforme art. 26 da referida instrução, observados os demais parágrafos.

3. Descrição da necessidade

Os serviços de limpeza e conservação são necessários para a manutenção dos ambientes limpos nas áreas internas e externas das dependências do prédio sede da Polícia Federal e suas delegacias descentralizadas, atendendo as condições de asseio e higiene apropriadas para que suas atividades possam ser realizadas de forma adequada.

Assim, a contratação desses serviços, de forma continuada, torna-se indispensável para que o a Polícia Federal desempenhe o seu papel institucional junto a sociedade. Ainda, a presente demanda se justifica pelo fato de não haver no Quadro Permanente da PF funcionários para execução dos citados serviços.

A execução do serviço em tela atenderá às necessidades da Superintendência e de suas unidades descentralizadas;

A presente contratação visa assegurar a continuidade dos serviços de limpeza e conservação da Superintendência e de suas descentralizadas, haja vista que o Contrato nº 21/2022 - SR/PF/RJ, atualmente em curso, tem sua vigência prevista até a data de 15/12/2023, e devido a diversas intercorrências, constantes do registro de anotações da fiscalização do contrato, a avença não apresenta viés de prorrogação,

A nova contratação deve considerar a Publicação da Lei 13.467, de 13/07/2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual implementou alterações significativas nas relações trabalhistas, dentre as quais destacam-se: a possibilidade de pactuar intervalo intrajornada, com período mínimo de trinta minutos, para jornadas superiores a seis horas; negociação da duração da jornada de trabalho; permissão da rescisão de contrato de trabalho em comum acordo entre a empresa e o funcionário com cálculo diferenciado das verbas rescisórias; possibilidade de rescisão de contrato de trabalho de mais de um ano sem necessidade de homologação pelo respectivo sindicato; alteração no cálculo da indenização por danos morais; possibilidade de utilização da arbitragem como meio de solução de conflitos; contribuição sindical facultativa;

As alterações havidas, afetam diretamente a contratação dos serviços de limpeza, impactando, por exemplo, na Planilha de Custos e Formação de Preços, bem como nas obrigações da contratada decorrentes da legislação trabalhista;

Ainda, a licitação deverá ser balizada na IN 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, publicada em 26 de maio de 2017, que trouxe importantes inovações no modo de contratação de serviços terceirizados, havendo necessidade de adequação formal e material do processo de contratação, bem como deverá observar os preceitos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

O contrato visará manter os ambientes de trabalho permanentemente limpos e saudáveis, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção e conservação dos bens públicos, em caráter permanente;

O planejamento deve buscar o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na contratação de serviços de terceiros. Os materiais de consumo a serem utilizados nos serviços deverão ser providos pelo fornecedor do serviço, em item apartado, que deverá fazer parte da composição do custo global estimado da contratação; tal iniciativa busca melhorar a aplicação dos recursos materiais e financeiros disponibilizados para a execução contratual, por intermédio de controle mais efetivo sobre a quantidade, qualidade e custo dos produtos necessários para a perfeita realização dos serviços, instando-se a contratada a racionalizar tais recursos, gerando economia que deve ser repassada ao órgão contratante.

Ainda, contratação ora pretendida, alinha-se à legislação vigente, e em especial:

Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal);

Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998 (Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal);

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Institui o estatuto nacional da microempresa e empresa de pequeno porte);

Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho) e Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 (pagamento de salário em feriados);

Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Federal);

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 (dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços pela Administração Pública Federal);

Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017 (dispõe sobre regras e diretrizes do procedimentos de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal);

Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional);

Portaria nº 443/2018-MPDG (Serviços que serão preferencialmente terceirizados); e

Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal) o qual dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional:

"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal."

Os serviços possuem caráter de serviço comum, tratado pela Lei 14.133/21, haja vista possuírem padrões de desempenho, qualidade e características da prestação dos serviços, como usuais do mercado e passíveis de descrição sucintas, podendo ser contratados por meio de Pregão Eletrônico.

Também possuem natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas da atividade policial fim, haja vista a necessidade de conservação e limpeza de seus bens móveis e imóveis.

São, também, serviços que podem ser prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 17 da IN 05/2017-SEGES/MPDG, que preconiza:

"I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III"

Nos termos da Instrução Normativa supracitada, o objeto desta prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedada a relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Ademais, o objeto da contratação alinha-se às diretrizes traçadas no Planejamento Estratégico 2011/2023 da Polícia Federal, SEI 28865580, aprovado pela Portaria n.º 4453/2014-DG/PF, de 16 de maio de 2014 e atualizado pela Resolução n.º 005/2021-CGPF /PF, de 12 de agosto de 2021, objetivando a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficiência e da efetividade das atividades e dos serviços prestados.

Desta forma, tendo em vista as considerações apresentadas, o Termo de Referência deverá ser elaborado com o objetivo de definir de forma clara, detalhada e organizada os serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis, com fornecimento de materiais, a serem executados nas dependências das unidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no estado do Rio de Janeiro, com dedicação exclusiva de mão de obra, para que não haja solução de continuidade no que tange à manutenção do patrimônio público, atividade necessária por oferecer condições ao cumprimento de dever legal imputado a essa instituição.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
AEDI/SR/PF/RJ	MARCO ANTONIO FERNANDES DE BRITTO

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Será celebrado contrato com a adjudicatária, com vigência de 30 (trinta) meses, de acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133 /21, conforme modelo a ser elaborado pelo setor competente. O prazo de vigência do contrato, devidamente justificado e no interesse da Administração, poderá ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21.

Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério da Polícia Federal.

Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas no Termo de Referência.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço global dos serviços. As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento.

A contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada neste órgão, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos edital e anexos da licitação.

A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o Art. 125, da Lei nº 14.133/21. O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação, mensal, do gestor/fiscal do contrato.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Serviço de Limpeza e Conservação Quando da contratação de serviços de limpeza e conservação, observar o contido no item I, itens a,b,c. (dos serviços de copeiragem).

Quando da contratação de serviços, com fornecimento dos saneantes domissanitários, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza dos prédios e demais atividades correlatas, deve-se prever que as empresas contratadas adotarão os critérios de sustentabilidade no fornecimento de produtos e na execução dos serviços, quando couber, em conformidade com a IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, art. 5º e 6º. Além da observância dos normativos citados nos itens anteriores, a Contratada deve:

- Observar a não utilização de produtos que contenham substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução CONAMA Nº 267 de 14 de setembro de 2000;
- Adotar as medidas estipuladas pelo órgão para evitar o desperdício de água tratada e para a preservação dos recursos hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e da legislação local, considerando a política socioambiental do Ministério da Fazenda;
- Realizar programa interno de treinamento de seus empregados visando à adoção de práticas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água, redução de produção de resíduos sólidos e coleta seletiva, observadas as normas ambientais vigentes;
- Proceder ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de pilhas, baterias e lâmpadas, de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão em observância ao Decreto nº 5.940/2006;
- Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades, em consonância com o programa de coleta seletiva do órgão;
- Evitar o desperdício de embalagens e a geração de resíduos sem reaproveitamento.

6. Levantamento de Mercado

Existem muitas empresas no mercado que possuem o perfil esperado da prestadora de serviço de Limpeza e Conservação, para atender a todas as exigências contidas nesse processo licitatório.

Foram analisadas outros contratos de objetos correlatos, que atendem à União e constatamos que essas empresas com o perfil esperado, tem interesse em buscar esse tipo parceria de prestação de serviço, junto a Administração Pública.

Os insumos exigidos são facilmente encontrados no mercado, sem restrição de aquisição, podendo facilmente ser adquiridos pela empresa vencedora do Pregão.

As pesquisas de preços constantes no 08455.023060/2023-69 (Licitação: Concorrência), documentos Anexo II Mapa de Preços (32102719); Anexo III PESQUISA DE PREÇOS 01 (32091136); Anexo IV PESQUISA DE PREÇOS 02 (32147382) levaram em conta os preços pesquisados no mercado, no sítio eletrônico <https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>; e na Convenção Coletiva constante no sítio eletrônico: <https://asseiomrj.com.br/direitos/convencoes-coletivas/em-vigor/em-vigor-asseio.html>, em atendimento ao § 4º do Art. 6º; INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, sendo estimados pela média aritmética dos preços levantados.

7. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução, isto é, a contratação de empresa para a prestação de serviços especializados e contínuos de conservação e limpeza, a serem executados nas dependências do edifício sede e nas unidades descentralizadas desta SR/PF/RJ em todo o estado, será feita no documento Termo de Referência. Nele, constarão todos os pormenores: produtividade, especificidades das áreas a serem limpas, periodicidade das tarefas, carga horária, cargos com CBO, obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE, sanções e política de pagamento e reajuste.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para que os serviços sejam executados com qualidade, eficiência e segurança, a contratação da prestação de limpeza e conservação se dará pela quantidade de metros quadrados a serem limpos em 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho em condições normais, adotando-se índices de produtividade por servente, conforme os parâmetros definidos pela IN nº 05/2017-SEGES/MPDG.

A quantidade de serviço (ou quantidade de postos) foi dada com base na área física total a ser limpa, considerando a produtividade estabelecida para cada área, de acordo com os tipos de áreas verificadas no prédio Sede da Polícia Federal e suas unidades descentralizadas.

Esta, por sua vez, foi definida com observação da periodicidade de cada tipo de serviço, bem como quantidade e frequência de pessoas que transitam nos diversos setores, valendo-se das experiências de contratos anteriores.

Em função de características peculiares das edificações a serem mantidas, tais como fachadas e/ou vidraças de alturas com acesso dificultoso que podem precisar de manutenção/limpeza, áreas externas com propagação de ervas daninhas, dentre outros, será necessário contratar, em item apartado, **Serviços Eventuais**, consistentes no fornecimento de recursos extras necessários para a realização de intervenções de previsão incerta, e que fazem parte do escopo do serviço de conservação e limpeza. Por seu caráter eventual, os equipamentos e insumos inerentes a esses trabalhos não fazem parte do rol de equipamentos e/ou insumos das empresas prestadoras do serviço, necessitando serem locados no mercado quando de sua efetiva necessidade.

A presente contratação tem como objetivo a prestação de serviços de limpeza e conservação, do Edifício Sede e delegacias descentralizadas da Polícia Federal no estado do Rio de Janeiro, numa área total de 60.291,54 m², sendo:

LOCAL	TOTAL ÁREAS (M²)	POSTOS DE ASGs
1- SUPERINTENDÊNCIA	36.284,07 M²	24
2 - NFTI/DEPOM	130,76 M²	*
3 - DRE (GISE/GIS)	1.200,99 M²	1
4 - DEAIN/GALEÃO	2.074,70 M²	2
5 - PEP GALEÃO	342,28 M²	**
6 - DEAR SDU	120,24 M²	***
7 - DELEMIG SDU	1.418,89 M²	2
8 - CANIL	1.255,38 M²	1
9 - DPF/ARS/PF/RJ	589,45 M²	1
10 - DEPOM/ARS/PF/RJ	603,15 M²	1
11 - DPF/GOY/PF/RJ	1.605,30 M²	2
12 - PORTO DE ITAGUAÍ (ITG)	869,88 M²	1
13 - DPF/MCE/RJ	3.969,07 M²	4
14 - DPF/NRI/PF/RJ	3.032,71 M²	4
15 - DPF/NIG/PF/RJ	2.036,80 M²	3

16 - POSPET/PET/PF/RJ	1.049,00 M²	1
17 - DPF/VRA/PF/RJ	1.526,10 M²	2
18 - GPI / SDU	1.640,30 M²	****
19 -GSA/SR/PF/RJ	542,47 M²	*****

Foi escolhida a metodologia de postos de trabalhos, que foram calculadas através das especificações de cada unidade e suas metragem.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.959.408,25

O valor estimado para a contratação dos serviços são os a seguir:

- R\$ **4.959.408,25** (quatro milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e oito reais e vinte cinco centavos)
- estimativa para 12 meses;
 - R\$ **12.398.520,62** (doze milhões, trezentos e noventa e oito mil e quinhentos e vinte reais e sessenta e dois centavos)
 - estimativa para 60 meses.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O presente serviço a ser terceirizado demanda gestão intensa do contrato e sua execução.

Como os trabalhos são correlatos, fica inviável ter mais um fornecedor para os diversos locais de execução.

No caso em tela, o parcelamento dos 23 (vinte e três) itens se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia dos serviços de limpeza e conservação, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: *“Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”*.

Complementando a matéria há que se observar o descrito no Acórdão/TCU 1214/2013- Plenário *“deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática;”*.

Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução do serviço, fica impraticável o parcelamento da contratação.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação, está alinhada com os Macro Objetivos do Plano Estratégico da Polícia Federal, conforme Portaria nº 4.453 /2014-DG, publicada no Boletim de Serviço 093, de 19 de maio de 2014:

- a)Em relação ao Governo: ser reconhecida como modelo de gestão perante o Poder Público;
- b)Em relação à Sociedade: ser reconhecida pela excelência de gestão e pelos relevantes serviços prestados;
- c)Em relação ao público interno: ser reconhecida pelos servidores como uma das melhores instituições públicas para trabalhar;

E ainda, aos seguintes Objetivos Institucionais e Ações Estratégicas do órgão:

- a)Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais;
- b)Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização;
- c)Fortalecer a governança.
- d)Fortalecer os mecanismos do órgão que definem o direcionamento estratégico, supervisionam a gestão, promovem o envolvimento das partes interessadas, gerenciam riscos estratégicos, monitoram os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos e promovem a accountability e a transparência, garantindo a eficácia e efetividade das ações e fornecendo subsídios para processo decisório de qualidade.

Ação Estratégica: aprimoramento, formalização e padronização de procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados; acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma pró-ativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações;

Além das especificações internas supracitadas, essa contratação deverá estar alinhada nos futuros Planos de Contratações Anuais, para que seja alocados os recursos financeiros necessários para a execução do objeto, nos períodos fiscais, que se estenderem além dos 12 (dozes) meses iniciais do contrato.

O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) instituído pela Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021 está em fase de elaboração, por tanto, não consta no atual Plano Estratégico da Polícia Federal, RESOLUÇÃO CGPF/PF Nº 06, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022; BOLETIM DE SERVIÇO Nº 193.

De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. O que no caso do Processo 08455.023060/2023-69 (Licitação: Concorrência) não há a necessidade de restrições de informações, pois se trata de renovação de serviços comuns de conservação e limpeza.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Ressalte-se a recomendação na própria legislação para que a atividade de limpeza e conservação seja objeto de execução indireta, na qualidade de atividade material acessória, instrumental ou complementar aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.

Também há a necessidade da contratação por não haver disponibilidade dos cargos e atribuições envolvidos na limpeza e conservação no rol dos cargos da carreira administrativa existente na Polícia Federal.

A manutenção dos serviços de limpeza e conservação nos moldes atuais traz mais eficiência e eficácia na execução das atividades, com reflexos positivos na aplicação dos recursos públicos.

Destaque-se, ainda, além necessidade premente de manter e conservar o patrimônio público, a higienização e salubridade dos ambientes de trabalho são benefícios diretos advindos da contratação pretendida, na medida em que provê condições para que os padrões de conforto e segurança sejam mantidos no âmbito da SR/PF/RJ, fortalecendo a assertividade das atividades institucionais e, atendendo, assim, os seus propósitos imediatos e mediatos no que tange à economicidade e eficiência.

14. Providências a serem Adotadas

Para a execução do contrato, não há necessidade de adequações físicas nas unidades de prestação de serviço.

Os insumos e equipamentos necessários para a execução dos serviços deverão ser fornecidos pela empresa contratada conforme regras a serem definidas no Termo de Referência.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

O conteúdo dessa matéria também estabelece ações ambientais, visto que a IN nº 05/2017- SEGES/MPDG, exige na contratação em tela a observância de exigências de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, o que será feito por treinamento de empregados da Contratada, por conscientização de todos os envolvidos, ou por meios de ações concretas apontadas especialmente nas especificações técnicas dos serviços e obrigações da Contratada e Contratante.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, se pautam por pressupostos que deverão ser observados tanto pela Contratada como pela Contratante, a saber:

- a) racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- b) treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- c) aquisição de materiais em conformidade com a Legislação Ambiental vigente.
- d) outras ações que se apresentem necessárias na execução contratual.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista a necessidade imperativa da contratação do objeto referência, tendo em vista que há empresas do ramo, baseadas nos locais das unidades a serem atendidas pelo contrato, tendo em vista que existem outros contratos de prestação de serviços correlatos ao objeto fim, prestando serviços, nos mesmos moldes das necessidades do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro. Essa equipe declara a viabilidade no prosseguimento do processo licitatório, dentro dos parâmetros estabelecidos nesse ETP.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PATTERSON NELSON SOARES DUARTE

Agente Administrativo

VANDERSON BERNARDES DA SILVA

Agente Administrativo



Assinou eletronicamente em 21/11/2023 às 14:50:30.

